

# CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Contrato particular de Locação celebrado entre a ORTOCENTER ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL LTDA e o CONSELHO REGIONAL DE **ODONTOLOGIA** DO RN. na forma a seguir:

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Locação de Imóvel, tipo sala comercial, de um lado, ORTOCENTER ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL LTDA, inscrita no CNPJ 07.016.941/0001-62, com endereço à AV. DIX-NEUF ROSADO, Nº 20, CENTRO, MOSSORÓ/RN, doravante denominado apenas LOCADOR, e de outro, CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE inscrito no CNPJ: 08.430.761/0001-95, com endereco à RUA CÔNEGO LEÃO FERNANDES, Nº 619, bairro PETRÓPOLIS, CEP. 59.020-060, NATAL-RN, denominado LOCATÁRIO ajustam entre si as seguintes cláusulas e condições.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORTOCENTER ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL LTDA: ANTÔNIO JORGIVAN SOARES LIMA, BRASILEIRO, CIRURGIÃO-DENTISTA, RG: 1.208.176/SSP-RN, CPF: 620.113.834-04.

REPRESENTANTE LEGAL DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE: GLÁUCIO DE MORAIS E SILVA, BRASILEIRO, CIRURGIÃO-DENTISTA, RG: 592.803/SSP-RN, CPF: 566.092.054-34.

#### Cláusula Primeira – Do objeto do contrato

O LOCADOR é legítimo proprietário do imóvel do tipo sala comercial, localizado à RUA FREI MIGUELINHO, 434, SALA 03, bairro CENTRO, MOSSORÓ-RN. O imóvel objeto deste contrato possui UMA SALA COMERCIAL, COM ÁREA DE 35 M<sup>2</sup>.

> Rua Cônego Leão Fernandes, n.º 619 - Petrópolis - CEP 59020-060 - Natal - RN Tel/FAX: (84) 3222-4657 (84) 3211-1948 www.crorn.org.br crorn@crorn.org.b



# Cláusula segunda - Da utilização do imóvel

A presente locação destina-se ao uso do imóvel para fim INSTITUCIONAL, no atendimento aos profissionais das categorias odontológicas regularmente inscritas no CRO-RN, e para o atendimento à sociedade, mais precisamente para as instalações da DELEGACIA REGIONAL DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CRO-RN.

#### <u>Cláusula terceira</u> – Do prazo de locação

O prazo de duração deste contrato será de UM ANO (12 MESES), com termo inicial a contar do dia 1º de novembro de 2020, e termo final no dia 31 de outubro de 2021, data esta que será usada com base para o LOCATÁRIO comunicar ao LOCADOR, oficialmente, a sua decisão por renovar ou rescindir o presente contrato, cuja pronúncia deverá se dá com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência ao vencimento do presente instrumento contratual.

# Cláusula Quarta – Do valor do aluguel

O aluguel convencionado, corrigido pelo índice do IGPM, conforme comunicação oficial datada de 13.10.2020, será correspondente a R\$ 1.730,00 (HUM MIL, SETECENTOS E TRINTA REAIS), ficando o LOCATÁRIO obrigado a pagar ao LOCADOR, até o 5° dia do mês respectivo, mediante boleto bancário em nome do LOCADOR.

#### Cláusula Quinta – Das despesas / Dotação orçamentária

As despesas com o presente contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.004.006.

#### Cláusula Sexta – Do reajuste

O aluguel previsto na Cláusula Quarta supra, será reajustado anualmente, com base EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES À ÉPOCA DO REAJUSTE, não excedendo o índice de reajuste para aluguéis determinado pelo Governo Federal (IGPM).

Rua Cônego Leão Fernandes, n.º 619 - Petrópolis - CEP 59020-060 - Natal - RN Tel/FAX: (84) 3222-4657 (84) 3211-1948 www.crorn.org.br crorn@crorn.org.br



# Cláusula Sétima – Do Inadimplemento

Ultrapassado o prazo acima estabelecido sem que o **LOCATÁRIO** tenha efetuado o pagamento do aluguel, estará este, independente de quaisquer formalidades judiciais e extrajudiciais, automaticamente constituído em mora, ocasião em que para purgá-la, deverá pagar o valor integral acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) para cada mês, ou fração, equivalente a 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia.

# Cláusula Oitava – Da prorrogação do contrato

O presente instrumento poderá ser renovado quando estiver configurado materialmente as determinações contidas nos artigos 51 da Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato), com as exceções contidas no artigo 52 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro — Havendo disposição na renovação contratual, os contratantes elaborarão, previamente, novo instrumento contratual, antes do término da vigência deste instrumento, podendo, se assim desejar, ser por simples termo aditivo, a integrar o presente contrato.

Parágrafo Segundo – Caso o LOCATÁRIO permaneça no imóvel por mais de 30 (trinta) dias, após a vigência deste termo, sem que tenha sido cumprida exigência contida no parágrafo anterior, e havendo interesse em renovar o contrato, em oposição do LOCADOR, restará presumida a prorrogação deste instrumento, conservados os mesmos direitos e obrigações.

#### Cláusula Nona – Das Demais Obrigações

Parágrafo Primeiro — As edificações estruturais ficarão definitivamente incorporadas ao imóvel, sendo permitido o LOCATÁRIO a proceder com a remoção de todos e quaisquer bens móveis que componham as instalações.

Parágrafo Segundo – Do Condomínio.

a) O valor do condomínio pactuado entre as partes é de R\$ 450,00 (quatrocentos reais), que deverá ser pago juntamente com o valor do aluguel, mensalmente, através de fatura de compensação bancária, compreendendo os seguintes serviços oferecidos pelo LOCADOR, como também ficando responsável o mesmo LOCADOR pelos pagamentos de tarifas/impostos, tais quais: limpeza regular da sala comercial (semanalmente), serviço de

n.org.br





Internet por fibra óptica de no mínimo 10Mbps, oferta de água potável e serviços de esgotamento sanitário e valores de IPTU e Taxa de Limpeza Pública (TLP).

b) O possível reajuste do valor do condomínio deverá ser comunicado ao Conselho Regional de Odontologia do RN, tudo mediante demonstração por parte do LOCADOR, apresentando as razões para tal dentro de até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato gerador, em razão de alterações nos valores dos serviços oferecidos ao LOCATÁRIO, conforme descritos na alínea 'a' deste mesmo parágrafo.

# Cláusula Décima – Das determinações de Ordem Pública

No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará o **LOCADOR** desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvado ao **LOCATÁRIO** a faculdade de pleitear do poder desapropriante a indenização a que por ventura tiver direito.

#### Cláusula Décima Primeira – Do Direito de Posse

O imóvel locado destina-se exclusivamente ao funcionamento da sede do **LOCATÁRIO**, ficando acordado desde já a proibição total da sublocação, importando o descumprimento de qualquer das Cláusulas do presente contrato, na sua rescisão de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a parte infratora obrigada ao pagamento de multa e importância correspondente a três (03) vezes o valor mensal do aluguel vigente à época da infração, sem prejuízo de outras responsabilidades, direitos e ações, afora as combinações legais.

### Cláusula Décima Segunda – Do direito de preferência

No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, ao **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir os imóveis locados, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca, conforme dispõe o artigo 27 da Lei do Inquilinato, Lei Federal Nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

Parágrafo Primeiro: A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.







Parágrafo Segundo: O direito de preferência do LOCATÁRIO caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de trinta dias.

Parágrafo Terceiro: Ocorrendo aceitação da proposta, pelo LOCATÁRIO, a posterior desistência do negócio pelo LOCADOR acarreta a esta, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes.

Parágrafo Quarto: Havendo transferência da propriedade dos imóveis, objeto da presente locação, pelo proprietário, ora LOCADOR, independentemente da forma em que seja realizada (venda, doação, troca, etc.), ficará o adquirente obrigado nas disposições contidas neste termo, respeitada a vigência contratual.

# Cláusula Décima Terceira – Das condições gerais

O presente contrato passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura do mesmo.

Parágrafo Primeiro – Os diretos e obrigações decorrentes deste contrato se transmitem naturalmente aos sucessores e herdeiros das partes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita intencionalmente por uma das partes terá validade se antes não for formalmente aceita pela outra.

**Parágrafo Segundo** – A abstenção eventual pelas partes do exercício de quaisquer direitos decorrentes deste contrato não será considerada novação ou renúncia definitiva.

#### Cláusula Décima Quarta – Da rescisão

O LOCATÁRIO poderá rescindir o contrato por deliberação própria, independentemente da anuência do LOCADOR, sem incidência de cláusula penal ou multa rescisória, desde que haja comunicação prévia a esta última, num prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Não obedecendo a cláusula anterior, incidirá o LOCATÁRIO em multa rescisória na importância correspondente a três (03) vezes o valor mensal do aluguel vigente à época da infração.

Parágrafo Segundo – Ocorrerá ainda, a rescisão do presente contrato, independente de qualquer comunicação prévia ou indenização, nas hipóteses de desapropriação do imóvel pelo Poder Público ou por inadimplemento de qualquer uma das cláusulas contratuais.





# Cláusula Décima Quinta - Do Foro

As partes contraentes elegem o foro da Comarca de Mossoró, Rio Grande do Norte, renunciando, de logo, a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as dúvidas suscitadas ou o inadimplemento das condições aqui pactuadas.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Mossoró/RN, 30 de outubro de 2020.

Anto não forgivon soores firma ORTOCENTER ORTODONTIA E ORTOPEDIA

CNPJ: 07.016.941/0001-62 LOCADOR

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA RN

CNPJ: 08.430.761/0001-95

LOCATÁRIO

DAMIAO DA SILVA ROCHA TESTEMUNHA

CPF: 837.457.504-20

ELAINE DE ANDRADE MARQUES LIMA

TESTEMUNHA CPF: 202.302.574-53